Allonda Ambiental Participações S.A. - CNPJ nº 17.718.542/0001-05

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019 (*)	Consolidado 2020
Ativo circulante		**-**	-	**140.832**
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	18.038
Aplicações financeiras restritas	5	-	-	4.835
Contas a receber	6	-	-	103.013
Tributos a recuperar	7	-	-	4.763
Adiantamento à fornecedores	8	-	-	7.195
Despesas antecipadas		-	-	2.562
Outros ativos		-	-	426
Ativo não circulante		**94.501**	-	**111.353**
Realizável a longo prazo		**5.606**	-	**19.495**
Despesas antecipadas		-	-	2.021
Dividendos a receber	10	5.606	-	-
Partes relacionadas	9	-	-	17.474
Investimento em controladas	10	88.895	-	-
Imobilizado	11	-	-	91.737
Intangível		-	-	121
Total do ativo		**94.501**		**252.185**
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante		**1.601**		**100.091**
Fornecedores	12	-	-	34.613
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	19.040
Arrendamentos mercantis	14	-	-	6.674
Tributos a recolher	15	-	-	18.976
Salários e encargos a pagar	16	-	-	6.936
Adiantamento de clientes	17	-	-	10.143
Dividendos a pagar		1.601	-	3.685
Outros passivos		-	-	20
Passivo não circulante		**50.000**		**113.200**
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	84.073
Arrendamentos mercantis	14	-	-	11.258
Tributos a recolher	16	-	-	9.625
Tributos diferidos	19.b	-	-	7.595
Provisão para contingências	18	-	-	649
Partes relacionadas	9	50.000	-	-
Patrimônio líquido		**42.900**	-	**38.894**
Capital social	20.a	37.762	-	16.789
Reserva de lucros		5.138	-	22.105
Total do passivo e patr. líquido		**94.501**	-	**252.185**

(*) Informações não representativas em milhares de Reais - vide Nota 3.a.(iii)

Demonstrações do Resultado 2020(*)

Resultado das operações continuadas	Nota	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	21	-	114.166
Custos serv. prest. e produtos vendidos	22	-	(72.236)
Lucro bruto		-	**41.930**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	-	(13.354)
Resultado de participações societárias	10	6.739	-
Outras receitas (despesas)		-	(6.418)
Lucro operacional		**6.739**	**22.158**
Resultado financeiro, líquido	23	-	(4.401)
Lucro antes dos impostos		**6.739**	**17.757**
IR e contribuição social - correntes	19. b	-	(3.186)
IR e contribuição social - diferidos	19. b	-	(7.832)
Lucros líquido do exercício		**6.739**	**6.739**

(*) Representado pelos investimentos em controladas desde 1º de outubro de 2020, aportados pelos acionistas (Vide nota 3.a.(iii)).

Demonstrações do Resultado Abrangente 2020(*)

	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	**6.739**	**6.739**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**6.739**	**6.739**

(*) Representado pelos investimentos em controladas desde 1º de outubro de 2020, aportados pelos acionistas (Vide nota 3.a.(iii)).

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Res. de lucros: Legal	Res. de lucros: Ret. de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2018(i)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31/12/2019(i)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aumento de capital social	37.762	-	-	-	**37.762**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.739	**26.624**
Destinação:					
Reserva legal (nota 20.b)	-	337	-	(337)	**-**
Dividendos distrib.(nota 20.b)	-	-	-	(1.601)	**(1.601)**
Reserva de retenção de lucros (nota 20.b)	-	-	4.801	(4.801)	**-**
Saldos em 31/12/2020(ii)	**37.762**	**337**	**4.801**	**-**	**42.900**

(i) Informações não representativas em milhares de Reais, único evento de constituição da Companhia em 10/12/2012, sendo o capital integralizado no montante de R$ 200,00; **(ii)** Representado pelos investimentos em controladas desde 01/10/2020, aportados pelos acionistas (Vide nota 3.a.(iii))

Demonstrações dos Fluxos de Caixa 2020(*)

	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	**6.790**	**17.757**
Ajustes para: Depreciações e amortizações	-	2.108
Resultado de participações societárias	(6.790)	-
Provisão para contingências	-	328
Juros e variação cambial, líquidas	-	3.235
Fluxo de caixa antes das variações operacionais	**-**	**23.428**
Variações em: Contas a receber	-	(58.606)
Tributos a recuperar	-	7.042
Adiantamentos a fornecedores	-	9.384
Despesas antecipadas	-	(2.754)
Outros créditos	-	127
Aplicações financeiras	-	1.202
Fornecedores	-	20.181
Tributos a recolher	-	7.291
Salários e encargos sociais a pagar	-	(9.399)
Adiantamento de clientes	-	(6.933)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**-**	**(9.037)**
Juros pagos	-	(1.297)
Fluxo de caixa líquido utiliz. nas ativ. operacionais	**-**	**(10.334)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa inicial de Controlada incluída na consolidação(nota 3.a.(iii)	-	42.896
Aquisições de bens em ativos imobilizado	-	(16.607)
Créditos com partes relacionadas	-	4.750
Fluxo de caixa gerado nas ativ. investimentos	**-**	**31.039**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	-	4.000
Pagamentos de emprést. e financiamentos - principal	-	(3.467)
Dividendos pagos aos acionistas	-	(3.200)
Fluxo de caixa aplicado nas ativ. financiamentos	**-**	**(2.667)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**-**	**18.038**
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	**-**	**18.038**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**-**	**18.038**
Divulgação adicional - transações não-caixa		
Aumento de capital em controlada por meio de crédito com partes relacionadas (Nota 10.b)	50.000	-

(*) Representado pelos investimentos em controladas desde 1º de outubro de 2020, aportados pelos acionistas (Vide nota 3.a.(iii).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Allonda Ambiental Participações S.A. (antigamente denominada Valovanji Investimentos e Participações S.A.) ("Allonda Participações" ou "Companhia" ou "Holding") sediada em São Paulo/SP tem como objetivo social a realização de investimentos em empreendimentos e/ou participação no capital de outras sociedades. **i) Reorganização societária - Grupo Allonda:** Em 2020, a Valovanji passou a ser a holding das operações do Grupo Allonda, alterando sua razão social para Allonda Ambiental Participações S.A., que visa concentrar os investimentos do grupo na Holding e segregar seus segmentos de atuação por investida, sendo as principais ações realizadas até a presente data: • Em 02/09/2020, Allonda Construtora Ltda (controlada da Ambiental), teve sua razão social alterada para Allonda Energias Renováveis Ltda. e sua participação foi migrada para Companhia; • Em 20/10/2020, a Valovanji passou a ser a holding das operações do Grupo Allonda, alterando sua razão social para Allonda Ambiental Participações S.A. ("Participações ou Holding"); • Ainda nesta data os acionistas do Grupo Allonda: Dalgali Investimentos e Participações S.A. (Dalgali), Falowanie Investimentos e Participações S.A. (Falowanie) e Golving Investimentos e Participações S.A. ("Golving"), aportaram a totalidade das ações detidas na Controlada Allonda Ambiental S.A. ("Ambiental"), no montante de R$ 37.762 mil (Nota 10.b.); • Em 28/10/2020, a controlada WH2 Empreendimentos e Participações S.A., alterou sua razão social para Allonda Ambiental Saneamento S.A. ("Allonda Saneamento"). **ii) Allonda Ambiental:** A Allonda Ambiental tem por objeto social, principalmente, a prestação de serviços de engenharia ambiental, atuando em diversos segmentos como mineração, óleo e gás, papel e celulose, saneamento, entre outros. A Ambiental e suas controladas apresentaram um backlog de R$ 553.814 de contratos em andamento (R$274.600 em 31/12/2019), um expressivo crescimento de 98%. Sendo as principais obras em execução pela Companhia atualmente são: Obra de redução dos níveis de Demanda Bioquímica de oxigênio (DBO) dos afluentes do Rio Pinheiro, Ribeirão Jaguaré e Córrego Cordeiro -SABESP e construção de unidades recuperadoras de qualidade da água do Rio Pinheiros (URQ Pirajussara, URQ Cachoeira e URQ Água Espraiada), Captação de águas e dragagem da barragem Timbopeba em Ouro preto - MG, Obras de Saneamento no litoral de São Paulo (Sabesp) - Praia Grande, Onda Limpa e Guarujá Reservatórios, Obra de Saneamento no Espirito Santo (Cesan), Vale - Vargem Grande Projeto e Fornecimento de Estação de Tratamento de Água (ETA). **iii) Subsidiarias Allonda Ambiental:** Em março de 2019, foram constituídas pela Allonda Ambiental as controladas Allonda Engenharia e Construção Ltda ("Allonda Engenharia") e Allonda Construtora Ltda. ("Allonda Construtora"). Em 05/02/2020, A Allonda Engenharia, ganhou 2 novos contratos com a SABESP, relativos à redução dos níveis de DBO dos afluentes do Rio Pinheiros, com a adequação da infraestrutura vinculados a metas de performance na bacia de esgotamento de Ribeirão Jaguaré e Córrego Cordeiro, São Paulo/SP, ambos vinculados a metas de performance, integrantes do projeto de despoluição do Rio Tietê. **1.1. Riscos e incertezas relacionadas ao Coronavírus (COVID-19):** O COVID-19, foi primeiramente reportado em Wuhan, na China continental e, posteriormente, espalhou-se por diversos países. Desde então, têm sido informados mundialmente casos de contágio e fatalidades devido ao vírus, de forma que, em 3/03/2020, o surto foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Desencadeando decisões de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos que podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos das Demonstrações contábeis. A partir/03/2020, a Companhia e suas Controladas, de forma gradual, foram liberando as áreas administrativas para o trabalho na modalidade *home office*, como forma de prevenir o avanço do contágio, as atividades administrativas permanecem sendo exercidas normalmente. Até o presente momento as atividades administrativas permanecem na modalidade *home office* em cumprimento às recomendações das autoridades de saúde nacionais e internacionais. Outrossim, a administração avalia de forma constante o impacto dos desdobramentos do surto do COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas Controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os riscos de continuidade nas operações e possíveis impactos nas Demonstrações contábeis, sendo as principais medidas tomadas: • Em pleno alinhamento com nossos clientes, medidas de segurança mais rígidas foram adotadas, neste momento em todas as operações de campo e nossas obras continuam em andamento e performando dentro do previsto em Budget e Forecast; • A Administração da Companhia implementou medidas temporárias de contingências de custos, baseando-se na MP nº 936/20, adotando a redução da jornada de trabalho e de salários em 25% referente ao quadro de colaboradores da matriz por 60 dias a partir de 02/04/2020, Colaboradores de obras mantém sua jornada de trabalho e salários normalmente; • Novas linhas de crédito junto a instituições financeiras foram negociadas e aprovadas e serão utilizadas se a administração julgar necessário, sendo que a Companhia captou recursos em abril de 2020, para fazer frente aos compromissos assumidos; • Renegociações de dívidas contraídas junto à fornecedores, instituições financeiras e impostos federais foram efetivadas, estendendo os prazos de pagamento, protegendo o fluxo de caixa da empresa nos curto e médio prazos. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação aos pronunciamentos do CPC:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 29/03/2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm poder de alterar as demonstrações contábeis. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 06** - Provisão esperada de perdas com créditos de liquidação duvidosa; **• Nota 11** - Vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado (vida útil); **• Nota 18** - Mensuração de contingências baseados em premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e **• Nota 25** - Seguros - estimativa de riscos e cobertura. **2. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: (i) Controlada:** Uma entidade controla outra entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **(ii) Companhias incluídas nas Demonstrações contábeis consolidadas**

	Participação em % 2020	2019
Companhia controladas - diretas		
Allonda Saneamento	100,00	50
Allonda Ambiental (Nota 3.a.iii)	100,00	-
Allonda Energias Renováveis (Nota 10.a)	100,00	-
Companhia controladas - indiretas		
Allonda Engenharia (Nota 1.iii)	99,99	-

(iii) Demonstrações consolidadas - no decorrer do exercício: Conforme comentado na nota 1 (i), a Companhia passou a deter o controle da investida Allonda Ambiental em 20/10/2020, sendo o aporte a valor contábil avaliado na data base de 30/09/2020, todas as movimentações patrimoniais e de resultado ocorridas entre 1º de outubro a 20/10/2020, estão refletidos no resultado do exercício da Companhia. Portanto as divulgações apresentadas dos balanços patrimoniais individual e consolidado em 31/12/2020 e as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, resultados abrangentes, mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, são formados pelas mutações patrimoniais e de resultado do período de 1º de outubro a 31/12/2020. Em 2019, não existiram transações na Companhia que necessitassem da apresentação e divulgação das demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/2019. Em relação ao balanço patrimonial em 31/12/2019 as informações não são representativas em milhares de Reais. **(iv) Perda de controle:** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(v) Investimentos em Companhias contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** O investimento da Companhia em empresa contabilizada pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em controlada. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas Demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **(vi) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Receita operacional: Prestação de serviços:** Para cada contrato é definida a contraprestação a ser recebida e a estimativa dos custos a serem incorridos ao longo da vigência do contrato. A receita de prestação de serviços de engenharia ambiental é reconhecida levando-se em consideração o estágio de execução de cada contrato, ou seja, o progresso de cada obrigação de desempenho satisfeita ao longo da vigência do contrato sendo o progresso da obrigação de desempenho medido pela proporção dos custos incorridos em relação ao total dos custos estimados. **d. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente descontos obtidos e variação cambial, que são reconhecidos no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente despesas de juros sobre empréstimos e despesas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida. **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **g. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As vidas úteis estimadas, em anos, do ativo imobilizado são as seguintes: Instalações, 10 Anos; Máquinas e equipamentos, 10 a 30 Anos; Equipamentos de informática, 05 Anos; Móveis e utensílios, 10 Anos; Veículos, 04 Anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h. Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas classificam ativos e passivos financeiros não derivativos na categoria de custo amortizado. **(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O Contas a Receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** • Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros:** A Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. **• Empréstimos e recebíveis:** mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Capital social:** O capital social está representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia não emitiu ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **j. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito quando aplicável, sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro 'possui' problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativo financeiro mensurado a custo amortizado:** A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. **(v) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **l. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **m. Arrendamento:** O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrito logo a seguir. **Como arrendatário:** Com base no CPC 06 (R2), a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 31/12/2020, a Companhia e suas controladas possuem apenas dois contratos de aluguéis de imóveis, na perspectiva de arrendatário, com características aplicáveis ao CPC 06 (R2) cuja parcela mensal considerando ambos os contratos são de aproximadamente R$ 17 com vencimento para 2021 e perspectiva de renovação até 2024. Entretanto, devido a irrelevância dos impactos desses contratos nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração optou pela não aplicação do CPC 06 (R2). **Como arrendador:** A Companhia e suas controladas não atuam como arrendador. **n. CPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Esta interpretação de norma foi adotada pela primeira vez a partir de 1º/01/2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro ("CPC 32") quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação, no entanto, não teve efeitos nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **o. Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As seguintes normas e/ou interpretações serão efetivas nos próximos exercícios, no entanto não deverão ter um impacto significativo nas Demonstrações contábeis da Companhia: • Contratos onerosos, custos para cumprir um contrato (alteração no CPC 25); • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações no CPC 48, 38, 40, 11 e 06); • Concessões de aluguel relacionadas à COIVD-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alteração CPC 26); e • Contrato de Seguros (IFRS17).

4. Caixa e equivalentes de caixa - Consolidado

	2020
Caixa	230
Bancos	8.701
Aplicações financeiras	9.107
	18.038

As aplicações financeiras apresentam taxa média de 96,75% do CDI. São realizadas em instituições financeiras de primeira linha com baixo risco de perda, podendo ser resgatadas em até 90 dias. **5. Aplicações financeiras restritas - Consolidado:** Em 31/12/2020, as aplicações financeiras restritas no montante de R$ 4.835, estão vinculadas a captação de empréstimos de capital de giro junto às instituições financeiras Banco do Brasil e Santander. As aplicações possuem uma rentabilidade média de 97% do CDI e os resgates condicionados as amortizações do principal da dívida, respeitando a proporcionalidade de cobertura (Vide nota 13 (b)(i)).

6. Contas a receber - Consolidado

	2020
Contas a receber de clientes	86.263
Medições a faturar **(i)**	16.750
	103.013

(i) Medições aprovadas pelos clientes de serviços prestados e não faturados até 31/12/2020. Entretanto o montante foi integralmente faturado em janeiro e fevereiro de 2021. **Composição por vencimento:**

	2020
À vencer	99.333
Vencidos a 30 dias	1.505
Vencidos de 31 a 90 dias	2.158
Vencidos de 91 a 180 dias	17
	103.013

Não há estimativas de perdas reconhecidas sobre os recebíveis da Companhia e não há recebíveis expressivos em atraso.

7. Tributos a recuperar - Consolidado

	2020
INSS a recuperar	2.869
Imposto de renda retido na fonte	620
Contribuição social retido na fonte	429
COFINS a recuperar*	570
PIS a recuperar*	124
Outros	151
	4.763

(*) A Companhia e suas controladas tem expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS, baseadas na receita futura de novos contratos e/ou faturamento de serviços de Engenharia de contratos em andamento. **8. Adiantamento a fornecedores:** Basicamente adiantamentos a fornecedores no montante de R$ 4.534, para compra de materiais utilizados em obras e ativo imobilizado. **9. Partes relacionadas: a) Controladora:** O montante de R$ 50.000 a pagar a título de empréstimo junto a Allonda Engenharia e Construção Ltda., refere-se a conta corrente entre as empresas as quais não há incidência de juros. Esse conta corrente não possui prazo de vencimento determinado e será pago de acordo com a estratégia de gestão de caixa do grupo. **b) Consolidado: Allonda Ambiental S.A.S (Argentina):** O montante de R$ 17.474 a receber a título de empréstimo junto a Allonda Ambiental S.A.S, refere-se ao conta corrente indexado em reais, entre as empresas as quais não há incidência de juros. Esse contra corrente não possui prazo de vencimento determinado e será pago de acordo com a estratégia de gestão de caixa do grupo, sem riscos de perda. **c) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços prestados no período findo no período de 1º de outubro a 31/12/2020, no consolidado, totalizou R$ 209. **10. Investimentos - Controladora: a. Composição - investimentos em controladas** 2020

	% de participação	Patrim. líquido	Lucro líquido do exercício(ii)
Allonda Ambiental	99,99	38.895	6.739
Allonda Saneamento	100	-	-
Allonda Energias renováveis **(i)**	100	-	-

(i) Em 02/09/2020 a Allonda Construtora alterou sua razão social para Allonda Energias Renováveis e sua participação foi migrada para a Holding, Allonda Ambiental Participações S.A., o capital social e Patrimônio líquido da investida é de R$ 500,00 e a Allonda Energias Renováveis não possui movimento; **(ii)** Resultado de R$ 6.739 da controlada Allonda Ambiental, compreende o período de outubro a dezembro de 2020 (vide nota 10.b).

b. Movimentação 2020

	Allonda Ambiental (i)	Allonda Saneamento (ii)	Total
Aumento de capital	37.762	50.000	**87.762**
Equivalência patrimonial	6.739	-	**6.739**
Dividendos propostos	(5.606)	-	**(5.606)**
Saldo final	**38.895**	**50.000**	**88.895**

(i) Allonda Ambiental: Em 20/10/2020, os acionistas do Grupo Allonda: Dalgali, Falowanie e Golving, aportaram o montante de R$ 37.762, por meio de ações detidas na Allonda Ambiental. (Nota 1. (i)). **(ii) Allonda Saneamento:** Em 30/12/2020, a Companhia aumentou o capital da Saneamento, no montante de R$ 50.000, por meio de crédito detidos junto a controlada indireta Allonda Ambiental, passando a deter 100% de participação na investida. (Nota 1. (i)).

11. Imobilizado - Consolidado

	Instalações	Máquinas e equip.	Equip. inform.	Móv. utensílios	Veículos	Imob. andamento	Total
Empresas incluídas na consolidação (Nota 3.a.(iii))	**959**	**63.205**	**942**	**248**	**8.857**	**2.757**	**76.968**
Aquisições	-	11.089	694	28	2.377	2.689	**16.877**
Depreciações	(28)	(1.313)	(77)	(13)	(677)	-	**(2.108)**
Saldo dez./20	**931**	**72.981**	**1.559**	**263**	**10.557**	**5.446**	**91.737**

Em 31/12/2020, não há nenhum ativo imobilizado dado em garantia pela Companhia e suas controladas.

12. Fornecedores - Consolidado

	2020
Fornecedores de equipamentos	13.009
Fornecedores de materiais aplicados em obras	10.515
Fornecedores de serviços e outros	11.089
	34.613

13. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

Modalidade	Encargos ao ano (%)	2020
Capital de giro	CDI + 5,27% a 16,38	52.871
BNDES	13,35% a 18,02	134
Crédito direto ao consumidor (CDC)	12,01% a 17,30	1.610
Cédula de crédito bancário (CCB)	4,00% a 23,87	48.498
		103.113
Circulante		19.040
Não circulante		84.073

Não há cláusulas restritivas *"covenants"* para os empréstimos e financiamentos da Companhia, sendo os mesmos garantidos por avais dos acionistas e pelos próprios bens financiados. **a) Composição do não circulante, por ano de vencimento:**

	2020
2022	27.181
2023	28.198
2024 em diante	28.694
	84.073

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2020
Empresas incluídas na consolidação (Nota 3.a.iii)	**99.258**
Captações **(i)**	4.000
Juros	2.782
Amortizações de principal	(2.050)
Amortizações de juros	(877)
Saldo final	**103.113**

(i) Basicamente compostos pelas captações a seguir: Principais captações Allonda Ambiental:: Em 03/04/2020, a Companhia captou o montante de R$ 18.000, na modalidade capital de giro, junto ao Banco do Brasil S.A., com prazo de pagamento de 24 meses e taxa ao ano de CDI+ 5,27%. Sendo retido uma parcela do recurso como aplicação restrita, no montante de R$ 3.600, sendo o recurso liberado com base nos pagamentos de principal da dívida (vide nota 5). Em 30/04/2020, a Companhia captou o montante de R$ 3.500, na modalidade capital de giro, junto à Caixa Econômica Federal, com prazo de pagamento de 24 meses e taxa ao mês de 100% CDI + 0,50% a.m., tendo como garantia avais dos acionistas. Sendo retido uma parcela do recurso como aplicação restrita, no montante de R$ 1.000, sendo o recurso liberado com base nos pagamentos de principal da dívida (nota 5). Empréstimo esse quitado integralmente no reperfilamento de dívida comentado a seguir, sendo a aplicação restrita liberada para uso da Companhia. No decorrer os meses de agosto e setembro a Companhia captou R$ 23.800 em dívidas de capital de giro, sendo o recurso utilizado com objetivo de reperfilamento das dívidas, reduzindo a taxas médias de juros anuais e alongando os prazos de pagamento das dívidas de capital de giro, foram 3 captações em Bancos de primeira linha, com taxa média de juros anual de 9,4% ao ano. Com a captação mencionada, foram liberados grande parte das aplicações financeiras restritas (Nota 5). Em 30/09/2020, a Companhia captou o montante de R$ 10.000 na modalidade de capital de giro, junto ao Banco Santander, com prazo de pagamento de 48 meses e taxa ao ano de 9,77%, tendo como garantia avais dos acionistas. Em 26/11/2020, a Companhia captou o montante de R$ 4.000 na modalidade de CCB, junto ao Banco ABC Brasil, com prazo de pagamento de 18 meses e taxa ao mês de CDI+0,34%, tendo como garantia avais dos acionistas. **Captação Allonda Engenharia:** Em 19/08/2020, a Controlada Allonda Engenharia obteve a liberação da linha de crédito junto ao Bando Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., tendo como objetivo específico financiar as obras de ação ambiental de redução de DBO dos projetos Córrego Cordeiro e Jaguaré, comentadas na nota 1.ii, a linha de crédito total é de 70.000, sendo a primeira tranche liberada em agosto de 2020, no montante de R$ 40.000, tendo com prazo de pagamento 56 meses, com carência de 24 meses, taxa de juros Selic + 4% ao ano. **14. Arrendamentos mercantis - Consolidado**

	2020
Arrendamentos mercantis: Máq. e equipamentos **(i)**	17.165
Computadores	767
	17.932
Circulante	6.674
Não circulante	11.258

(i) Aquisição de quatro Dragas e um *Multibooster* junto ao Fornecedor IHF *Holland* e IHC do Brasil, adquiridas em 2016, 2017 e 2018. Os contratos de arrendamento possuem prazos de 50 a 60 meses com opção de compra ao final do contrato tendo como garantia os próprios bens arrendados. **a) Composição do não circulante, por ano de vencimento:**

	2020
2022	2.940
2023	2.869
2024 em diante	5.449
	11.258

b) Movimentação dos arrendamentos mercantis:

	2020
Empresas incluídas na consolidação (Nota 3.a.iii)	**19.315**
Juros	453
Amortizações de principal	(1.417)
Amortizações de juros	(419)
Saldo final	**17.932**

15. Tributos a recolher - consolidado

	2020
REFIS **(i)**	4.781
PERT **(i)**	4.142
Parcelamento ordinário **(i)**	2.395
PIS e COFINS	4.931
CSLL e IRPJ	4.277
IRRF	1.532
Parcelamento simplificado **(i)**	399
ISS	5.328
Outros	654
	27.617
Circulante	18.402
Não circulante	9.625

(i) No exercício findo em 31/12/2018, a Controlada Allonda Ambiental optou por aderir parcelamento ordinário e simplificado para renegociar as dívidas de diversos impostos federais que estavam vencidos e manteve o pagamento em dia desses parcelamentos e dos impostos correntes. **16. Salários e encargos a pagar - Consolidado**

	2020
Provisão de férias e encargos	3.792
Encargos sociais a recolher	1.575
Salários a pagar	11
Outros	225
	6.936

17. Adiantamentos de clientes: Refere-se a adiantamentos efetuados por clientes relativos a contratos de execução de longo prazo. Estes adiantamentos são recebidos pela Companhia e suas controladas de acordo com cronograma financeiro de cada contrato e são realizados mediante faturamento de cada projeto. Os valores recebidos são destinados para custear os gastos incorridos em projetos. Em 31/12/2020 apresentam o saldo de R$ 10.143. **18. Provisão para contingências - Consolidado:** Durante o curso normal dos negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a certas contingências e riscos. Com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia e suas controladas possuem registrado, no passivo não circulante, o montante de R$ 649 a título de provisão para cobrir eventuais riscos prováveis de processos trabalhistas**.** Os processos com probabilidade de perda possível montam R$ 2.440, sendo de natureza cíveis R$ 1.528 e trabalhistas R$ 912. **19. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: a. Reconciliação do resultado e do Impostos de renda (IR) e da contribuição social (CS)**

2020	Controladora	Consolidado
Lucro antes do Impostos	6.739	17.757
Alíquota nominal (%)	34%	34%
IR e CS à alíquota nominal	(2.291)	(6.037)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Diferenças temporárias	-	(17.452)
Diferenças permanentes	-	(2.199)
Resultado de equivalência patrimonial	2.291	-
Constituição de prejuízos fiscais	-	11.257
Ganho com participação em controlada	-	-
Benefício lei do bem	-	2.527
Outras	-	886
Imposto de renda e da contribuição social	**-**	**(11.018)**
IR e CS - Corrente	-	(3.186)
IR e CS - Diferidos	-	(7.832)

b. Tributos diferidos - Consolidado

	2020
Ativo fiscal diferido	
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	15.214
Passivo fiscal diferido (diferenças temporárias)	
Taxa de depreciação contábil x fiscal (arrend. financeiro)	(5.239)
Diferimento de contratos de longo prazo	(17.099)
Custo de transação (comissões bancárias)	(471)
	(7.595)

20. Patrimônio líquido: a. Capital social - Controladora: Em 31/12/2020, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 37.762 (Em 31/12/2019 R$ 200,00 - duzentos reais), divididos em 37.761.854 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 20/10/2020, os acionistas aumentaram o capital social da Companhia no montante de R$ 37.762, com ações detidas na investida Allonda Ambiental (Nota 10.b). **b. Dividendos - Controladora:** O Estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da lei. A destinação dos lucros declarados, foram calculados conforme estatuto da Companhia, demonstrado a seguir:

	2020
Lucro líquido do exercício	**6.739**
Reserva legal 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social	(337)
Base para dividendos mínimos obrigatórios	**6.402**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(1.600)
Reserva de retenção de lucros	(4.802)

c. Resultado por ação - Controladora: A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação básico, calculado, através da divisão do lucro do exercício, atribuído aos detentores das ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

	2020
Lucros líquido do exercício	6.739
Média ponderada da quantid. de ações(lote de mil ações)	37.762
Resultado por ação básico (por lote de mil ações, expresso em R$)	0,18

21. Receita líquida de venda de produtos e serviços prestados - Consolidado

	2020
Mercado nacional: Receita bruta - serviços prestados	126.601
Receita bruta total: Tributos incidentes	(12.435)
Receita operacional líquida	**114.166**

22. Custos e Despesas - consolidado

	2020
Pessoal	(27.039)
Consultorias, assessorias e serviços terceiros	(25.988)
Materiais aplicados em obras	(12.253)
Locação de veículos, máquinas e equipamentos	(8.626)
Depreciações e amortizações	(2.108)
Custos das mercadorias vendidas	(3.936)
Combustíveis e lubrificantes	(875)
Aluguéis de imóveis	(478)
Água, Energia e Internet	(452)
Despesas com vendas	(186)
Provisões para contingências	(328)
Outros	(3.168)
	(85.590)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(72.236)
Despesas gerais e administrativas	(13.354)

23. Resultado financeiro líquido - Consolidado

	2020
Receitas financeiras: Descontos obtidos	3
Rendimentos de aplicações financeiras	12
	15
Despesas financeiras: Despesas com juros	(3.856)
Despesas bancárias	(415)
Variação cambial	(145)
	(4.416)
Resultado financeiro, líquido	**(4.401)**

24. Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, quando aplicável, é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas, além de não ter operado com derivativos, não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **a. Classificação contábil e valores justos:** A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 30/06/2020. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	2020
Ativos financeiros ao custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa	18.038
Aplicações financeiras	4.835
Contas a receber	103.013
Partes relacionadas	17.474
Outros recebíveis	426
	143.786
Passivos financeiros ao custo amortizado	
Fornecedores	37.802
Empréstimos e financiamentos	103.113
Arrendamentos mercantis	17.932
	158.847

Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Quando aplicável, a Companhia classifica a mensuração do valor justo dos ativos e passivos como nível 2. **b. Estrutura do gerenciamento de risco:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. **Riscos ambiental:** A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental baseado nos critérios da Norma Internacional ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental certificado pelo Organismo Internacional de Certificação Credenciado DNV-GL, conforme certificação nº 274668-2018-AQ-BRA-RvA. Baseado nestas normas a Companhia planeja a gestão de seus riscos, implementando controles, monitorando a eficácia dos controles e do seu desempenho ambiental, atendendo a legislação pertinentes e outros requisitos, assim como promove melhorias nos impactos considerados mais significativos no relacionamento com o meio ambiente. A Companhia possui procedimentos para identificação, avaliação e análise dos aspectos ambientais significativos. O *compliance* ambiental é garantido por meio da identificação mensal de todos os requisitos legais, contratuais, regras, normas e regulamentos que o escopo de atuação da Companhia está submetido, com avaliação periódica do seu contínuo atendimento nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal. A estrutura organizacional, infraestrutura, competências e conscientização são adequadas e compatíveis com os riscos que a Companhia possui. Os cenários de emergência identificados possuem planos de atendimento para atuação de forma a mitigar os impactos. Todos os riscos significativos são monitorados para seu efetivo controle, desempenho e melhorias. Avaliações da conformidade e adequações são realizadas periodicamente e todos os resultados são analisados criticamente pelo Comitê Diretivo da Organização para tomada de ações e melhorias. Além disso, a Companhia contrata seguros de responsabilidade civil geral e profissional em seguradoras de primeira linha para cada operação conforme avaliação de riscos em conjunto com o cliente. As apólices contratadas cobrem inclusive poluição súbita e são válidas por todo período da operação. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	2020
Caixa e equivalentes de caixa	18.038
Aplicações financeiras	4.835
Contas a receber	103.013
Outros recebíveis	426
	126.312

Perdas por redução no valor recuperável: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelo o risco de não pagamento. Porém, trata-se de uma carteira com poucos clientes, substancialmente formada por clientes recorrentes, com contratos firmados em médio prazo e sem histórico de perdas. Esses fatores contribuem para a minimização do risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia não possui histórico de perda junto aos clientes. Dessa forma, ao analisar os eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, a Administração concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas. **Risco de liquidez - Consolidado:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31/12/2020	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Vencimentos: Até 1 ano	Vencimentos: 1 - 2 anos	Vencimentos: 2 - 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Emprést. e financ.	103.113	123.073	27.417	64.404	31.252
Arrend. mercantis	17.932	18.127	6.774	5.894	5.459
Fornecedores	37.802	37.802	37.802	-	-

Risco de mercado: Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeitas aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. **Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada:** A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia e suas controladas. **Análise da sensibilidade de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras):** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras (fundos de investimentos com liquidez imediata) ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31/12/2020, foram definidos três cenários diferentes. Para 31/12/2020, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média será de 2,75% para o ano de 2021 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de -25% e -50% para as aplicações financeiras (caixas e equivalentes de caixa e aplicações restritas). Os cenários acima descritos foram estimados e não foi avaliada variações significativas em 31/12/2020. **Risco de taxa de câmbio:** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrem em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Entretanto, a Companhia e suas controladas não possuem operações em moeda estrangeiras. **25. Seguros:** A Companhia e suas controladas mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades civil, de engenharia e operacionais, inclusive seguro garantia de execução das obras para os seus clientes, com vigência em períodos variáveis em 2021 e 2022. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia e suas controladas, para os riscos associados. **26. Eventos subsequentes: a) Liberação da 2ª tranche - empréstimo Banco Desenvolve SP:** Em 06/01/2021, foi liberada a segunda tranche da linha de crédito junto ao Banco Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., tendo como objetivo específico financiar as obras de ação ambiental de redução de DBO dos projetos Córrego Cordeiro e Jaguaré, comentadas nas notas 1 e 13, no montante de R$ 30.000, permanecendo as mesmas condições de pagamento e vigência contratual.

Leo Cesar Queiroz Cavalcante Melo - Presidente — **Diego Motta -** Diretor Financeiro — **Raphael Canhiçares -** Contador - CRC 1SP255052

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Allonda Ambiental Participações S.A.**. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Allonda Ambiental Participações S.A. ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Allonda Ambiental Participações S.A**. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.a.(iii) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia não teve operações mercantis próprias em 2019 e passando a ter operações com seus investimentos em controladas desde 30 de setembro de 2020, aportados na forma de aumento de capital pelos seus acionistas, em 20 de outubro de 2020. Portanto, não existindo transações na Companhia em 2019, que necessitassem da apresentação e divulgação das demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 as informações não são representativas em milhares de Reais. Nossa opinião não é modificada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de março de 2021. **BDO RCS Auditores Independentes SS -** CRC 2 SP 013846/O-1, **Robinson Meira -** Contador CRC 1 SP 244496/O-5.

Edital de Citação Prazo de 20 dias. Processo Nº 1016896-24.2016.8.26.0008 O MM. Juiz de Direito da 5ªVC, do Foro Regional VIII-Tatuapé, Estado de SP, Dr. Erasmo Samuel Tozetto, na forma da Lei, etc. Faz Saber a OKAY Transportes Ltda, CNPJ 10.427.650/0001-71, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., objetivando o recebimento da quantia de R$ 10.511,66 (01/11/2016), referente as faturas de nº 236725254, com vencimento em 20/06/2016, e fatura de nº 240355935, com vencimento em 20/07/2016, vencidas e não pagas, devidamente atualizada. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da dívida e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, em conformidade com o artigo 701, caput, do CPC. A ré será isenta do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, nos termos do artigo 701, § 1º, do CPC. A inércia da parte ré conduzirá à constituição, de pleno direito, de título executivo judicial, autorizando a execução, nos termos do artigo 701, §2º, do CPC, sendo que, para essa hipótese, os honorários serão fixados em dez por centro do valor do débito. Sem prejuízo, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor embargos, nos próprios autos, em conformidade com o artigo 702, caput, CPC. Não sendo efetuado o pagamento ou opostos os embargos, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais.

Edital de Citação Prazo 20 dias. Proc.1005091-22.2020.8.26.0562. O Dr. José Wilson Gonçalves, Juiz de Direito da 5ºVC do Foro da Comarca de Santos S/P. Faz Saber a Leandro de Farias Campos brasileira, solteiro, comerciante, RG Nº 45.984.496-9 , CPF/MF Nº 365.919.858-75, que Momentum Empreendimentos Imobiliários Ltda, ajuizou-lhe ação de Cobrança no valor de R$ 1.988,35, referente às da taxa de conservação e melhoramentos do lote 07, da Quadra EA, do Loteamento Thermas de santa bárbara Gleba I (atualmente denominado Santa Bárbara Resort Residence I). Estando o réu em lugar ignorado, foi deferido a sua Citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste a ação sob pena de serem tidos como verdadeiros os fatos alegados na inicial. Ficando advertido de que Será nomeado curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei.

Edital de Citação Prazo de 20 dias. Processo Nº 1052328-54. 2018.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ªVC, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de SP, Dr(a). Cláudia Longobardi Campana, na forma da Lei, etc. Faz Saber a(o) Outlet Nutrition Ltda - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 13.556.180/0001-34, que lhes foi proposta ação de Monitória requerida por G.A. Brasil Representação Eireli, objetivando o recebimento da quantia de R$ 9.790,74, referente aos cheques de Números 000335, 000178 e 000180, vencidos e não pagos. Considerando que o requerente encontra-se em lugar ignorado, fica, por meio do presente edital, citado para os termos e atos da ação proposta ficando advertido de que terão o prazo de 15 dias, após o prazo de 20 dias, para pagar a quantia reclamada ou oferecer embargos. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais.

Empresas & Negócios
www.netjen.com.br
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para
3106-4171

Este documento foi assinado eletronicamente por Lilian Regina Mancuso.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9270-6AE2-62FA-6EB4.